

Proposta básica para o projeto de formação profissional — novos subsídios para o debate

*Isabel Cristina da Costa Cardoso
Sara Gramermann
Elaine Rossatti Behring
Ney Luiz Teixeira de Almeida**

Aprofundando o debate

O documento, ora apresentado, expressa a síntese do conteúdo dos debates realizados entre os dias 14 e 16 de junho de 1996, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ —, em reunião de consultores convocada pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social — ABESS.¹ Com este encontro ampliado de consultores, a direção da ABESS buscou efetivar o compromisso assumido na última Convenção, mediante sugestão da plenária, quanto à necessidade de maior explicitação e aprofundamento em torno de alguns pontos centrais do documento aprovado, quais sejam: a compreensão da “questão social”; o desenvolvimento

* A elaboração deste documento teve a supervisão da Professora Marilda Villela Iannamoto.

1. Tal reunião contou com os seguintes participantes: Marieta Koike, Presidente Nacional da ABESS/UFPE; Ney Luiz T. de Almeida, Vice-presidente da ABESS — Leste/UERJ; Marilda Villela Iannamoto e Sara Gramermann, Consultoras da ABESS/UFRRJ; Isabel Cristina Cardoso, consultora da ABESS/UERJ; Maria Rosângela Batistoni, consultora da ABESS/PUCSP; Franci G. Cardoso, consultora da ABESS/UFMA; Juliane Félix Peruzzo, consultora da ABESS/FSS de Caxias do Sul; Maria Tereza G. de Menezes e Suelly Gomes, consultoras da ABESS/UFF; Elaine Behring, consultora CPBESS/UERJ; Ana Mourão, consultora CPBESS/UFRRJ; Carlos Alberto Maciel, consultor CPBESS/UNAMA e Cristiana Mercury, consultora ABESS/UCSAL.

do núcleo de fundamentação do trabalho profissional e sua inter-relação com os demais eixos propostos; e a necessidade de trazer o debate sobre a universidade brasileira para o centro do processo de revisão do currículo mínimo.

Diante da responsabilidade de subsidiar e acelerar o processo de formulação do currículo mínimo com a efetiva participação das unidades de ensino ao nível nacional — através das oficinas locais e regionais — a ABESS decidiu ampliar o quadro de seus consultores. Buscou, assim, aglutinar em torno desta tarefa um maior número de docentes, de modo a favorecer o debate e a troca de experiências, recolhendo, ainda, contribuições de algumas das unidades de ensino que já realizaram a formulação de seus currículos plenos.

A salutar troca de experiências sobre os distintos caminhos seguidos pelas unidades de ensino em seu processo de construção curricular aponta para um resultado bastante significativo: o pluralismo (teórico-metodológico e político) pretendido e construído pela categoria, ao longo dos anos 80, é hoje um parâmetro entre os Assistentes Sociais e uma prática que vem conduzindo o processo de revisão curricular. O debate, teoricamente rico e respeitoso, pautado no reconhecimento e no trato analítico das diferenças de pontos de vista presentes entre os interlocutores, é, entretanto, *soldado pelo privilégio de um horizonte teórico-metodológico e ético-político na formulação do currículo mínimo*. O documento aprovado, por unanimidade, na Convenção da ABESS realizada em Recife e os debates que deram o perfil ao último CBAS denotam que os rumos ora imprimidos ao debate profissional têm ressonância e legitimidade frente à categoria profissional. Assim, a opção por uma clara direção social na construção do currículo, fundada nos avanços acumulados pela categoria nos anos 80 e que se expressa nos princípios norteadores do código de ética e nas dimensões históricas e teórico-metodológicas em que foi forjado, demonstra o amadurecimento da categoria profissional no enfrentamento das ambigüidades presentes na década passada.

Os esforços de superação de traços teoricistas, que não raras vezes impregnaram o debate profissional dos anos 80, apontaram caminhos para ultrapassar o distanciamento entre o labor teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano. Caminhos esses que ora estão sendo construídos, sem abrir mão, contudo, tanto do rigor no trato da teoria e dos avanços teórico-metodológicos acumulados, como da crítica de seu relativo descolamento do acompanhamento da dinâmica histórico-conjuntural, no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil; dimensão esta que não galgou a mesma prioridade da pauta dos debates sobre a formação profissional.

É o resgate dessa dupla conjunção — rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária — que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão.

Ao colocar tais questões no escopo da reforma curricular, o Serviço Social terá os olhos voltados, nesta segunda metade da década, para dar um salto em sua reflexão, no sentido de enfrentar as dimensões estratégicas e técnico-operativas do trabalho profissional, *secundadas pelo atento deciframento das refrações da questão social no cotidiano da vida social e pelas conquistas teórico-metodológicas já acumuladas ao longo da década de 80, que se afiguram como recursos analíticos indispensáveis para tais fins*. Trata-se, pois, de avançar nos caminhos percorridos, suprimindo lacunas e enriquecendo as análises das particularidades históricas que incidem sobre o trabalho profissional.

É na direção apontada que o documento apresenta um caminho analítico profícuo, *recolocando o estatuto profissional como uma especialização do trabalho*, o que não é uma preocupação nova. Ela já havia comparcido nas polémicas sobre a gênese da profissão, colocadas em cena por IAMAMOTO (1982), quando sinalizava que a compreensão da profissão se dá pelo desvendamento de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Com clareza já estava colocada para a profissão a importância do *estatuto do trabalho*, fundado em uma visão societária, que atribui prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que a sustentam. São as geradoras da “questão social”, porquanto presididas por desigualdades nas esferas da produção e distribuição dos meios de vida e trabalho, apropriados privadamente. Conformam interesses sociais — isto é, de classes — distintos e antagonísticos no cenário da vida social, assentados na desigual apropriação dos frutos do trabalho social, do poder político e das conquistas da ciência e da cultura, demarcando amplos níveis de exclusão para segmentos majoritários da população, tais como verificados hoje na sociedade brasileira.

Considerando ser a “questão social” a base de fundação do Serviço Social na sociedade, o documento avança no sentido de clarificar as implicações desta afirmativa que informa o texto já aprovado na última Convenção, salientando as mediações históricas particulares que atravessam a questão social no País, nos anos 90. Sendo este *um ponto central que atribui unidade à construção do currículo mínimo*, ele não exclui a consideração sobre as diversidades regionais que perpassam a “questão social”, que devem ser necessariamente contempladas nos debates sobre o currículo. Balizar-se por tais indicações corresponde ao reconhecimento

de que a "questão social" apresenta singularidades muito próprias, nas diferentes realidades deste País. Mas significa também afirmar, sem nenhuma dúvida, que há elementos indissociáveis que articulam os multifacetados ângulos da realidade brasileira. Neste sentido, afirma-se ser a "questão social" o ponto de partida estruturador da discussão a ser feita pelos e nos currículos de Serviço Social. Tal orientação, já sinalizada no documento apresentado em Recife, foi objeto de intensa polémica na reunião dos consultores, sendo também tematizada no presente documento.

Outro foco importante deste documento é a consideração da profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e de sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da "questão social". A abordagem do exercício profissional como trabalho permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais componentes de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou "matéria-prima" sobre o qual incide a ação transformadora do trabalho; os meios de trabalho — instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto — e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Implica, ainda, atribuir visibilidade ao produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. Focar a ação profissional, nesta perspectiva, exige considerar as particulares condições e relações sociais historicamente estabelecidas, através das quais o trabalho do Assistente Social se realiza, ao envolvendo: os organismos empregadores (públicos e privados) e os "usuários" dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho; a articulação do Assistente Social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao Assistente Social como um trabalhador assalariado, dotado de uma força de trabalho qualificada que, como toda mercadoria, dispõe de um valor de uso e de troca. Força de trabalho esta que, ao se realizar — aliada aos meios necessários para sua efetivação —, se transforma em trabalho. Sendo este uma atividade do sujeito, nela incidem múltiplas mediações que presidem a constituição dos indivíduos que a realizam: as relações de gênero e de raça, os valores, compromissos éticos e públicos, a formação intelectual, cultural etc.

Se o núcleo de fundamentação do trabalho profissional é o foco privilegiado neste momento, importa deixar claro que ele não se autonomiza dos demais. Os três núcleos de fundamentação da formação profissional anunciados no documento da ABESS expressam níveis distintos de

abstração de análise requeridos para o deslindeamento do Serviço Social na sociedade brasileira, sendo, neste sentido, complementares e indissociáveis entre si. Não dizem respeito, portanto, a núcleos de conhecimentos que se esgotam em si próprios, mas que contribuem, sob diferentes ângulos e articuladamente, para a elucidação das particularidades da "questão social" e do estatuto profissional do Serviço Social na construção de respostas frente à mesma.

Um terceiro aspecto tematizado no documento diz respeito ao quadro atual da universidade brasileira: as contradições que conformam sua crise e, ao mesmo tempo, abrem novas possibilidades para o redimensionamento dessa instituição e do processo de formação profissional. Tendo como marco a reforma universitária do período ditatorial, aponta avanços e limites ao trabalho acadêmico, destacando as injunções sociais que, tributárias das políticas governamentais e da prática política e cultural dos sujeitos coletivos, vêm alterando o perfil da instituição universitária. Salienta as funções da universidade no campo do ensino, da pesquisa e da extensão e suas implicações no âmbito específico da construção de um projeto de formação profissional na área do Serviço Social.

Cientes de que a prioridade atual é a formulação de propostas para o currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, tal tarefa coloca o desafio de que a discussão incida sobre os aspectos fundantes da qualificação profissional requerida nos marcos da sociedade brasileira do presente e em seus desdobramentos futuros, alimentada pelo acervo intelectual e profissional já acumulado pela categoria e norteadas por uma visão realista e prospectiva da situação da universidade, enquanto instituição que abreiga o processo de formação profissional. Todavia, se em torno do currículo mínimo é necessário construir um amplo consenso, ao currículo pleno caberá contemplar as diversidades e peculiaridades de cada unidade de ensino: os recortes regionais, a fidelidade às trajetórias acadêmico-profissionais dos centros de formação, resultantes das diferentes correlações de forças sobre as quais se assentam os vários projetos acadêmicos e político-profissionais.

Mais além da diferenciação do quadro da formação profissional no País, alguns requisitos deverão alimentar os esforços voltados para garantir a qualidade da formação profissional no âmbito do Serviço Social:

a) o primeiro é a afirmação da investigação como uma atividade vital para a própria atualização e reprodução do Serviço Social. Em um mundo em constante mutação exige-se dos profissionais em geral — e do Assistente Social em particular — competência e agilidade na pesquisa e desvendamento da realidade, isto é, na apreensão da dinâmica dos processos sociais. Esta observação adquire especial relevo ao se considerar

o caráter prático-interventivo da profissão. Assim, além do estímulo às preocupações investigativas e às atividades de iniciação à pesquisa na graduação, laços devem ser estreitados, especialmente no âmbito das políticas de pesquisa, entre a graduação e a pós-graduação, enquanto níveis particulares do processo de qualificação acadêmico-profissional na área de Serviço Social;

b) em segundo lugar — e associado ao aspecto anterior — uma formação que almeje êxito requer uma constante capacitação docente. Neste sentido, a ABESS compreende que, além dos cursos de pós-graduação, as oficinas que vêm promovendo em todo o país têm viabilizado importantes espaços de reflexão e troca de experiências, alimentando o processo de capacitação entre os docentes de Serviço Social;

c) por fim, uma radical reorientação dos conteúdos das matérias do currículo exigirá um desapareço das formulações tradicionais que vinham balizando a formação profissional e uma criativa capacidade de traduzir as novas angulações implicadas no tratamento da prática profissional como processo de trabalho no cenário da questão social.

Os elementos anunciados e expostos neste documento são oferecidos como matéria para discussão das oficinas regionais, de modo que possam enriquecer o debate e o embate, visando ao seu aprofundamento e à formulação de propostas de políticas de investigação e capacitação locais e regionais, como pilares do processo de renovação da formação profissional no País.

Serviço Social e questão social?

O texto "Proposta básica para o projeto de formação profissional" (ABESS, 1996) foi amplamente discutido e referendado na XXIX Convenção Nacional da ABESS, como documento base da revisão do currículo mínimo em curso. No entanto, embora naquela ocasião não tenha existido um questionamento global do raciocínio proposto, apontou-se uma ressalva importante: a necessidade de explicitar melhor o que se entende por questão social, bem como as mediações teórico-históricas entre este campo temático e a revisão curricular.

A perspectiva é, então, aprofundar a compreensão da questão social como o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é "sua base de fundação histórico-social na realidade", e que nesta qualidade,

2. Texto de autoria de Elaine Rossetti Behring, Professora Assistente da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social — CFESS.

portanto, deve constituir o eixo ordenador do currículo. Cabe, aqui, retomar alguns elementos básicos do raciocínio do documento da ABESS quanto à questão social e seu "novo" estatuto no projeto de formação profissional engendrado pelo Serviço Social brasileiro da década de 90. Como caudatária do projeto político-profissional dos anos 80, a proposta de revisão do currículo mínimo atual reconhece que a realidade social brasileira já era colocada como centro nos debates que conduziram ao currículo de 1982. Nesse sentido, apontar a questão social como eixo ordenador não constitui exatamente uma novidade. Trata-se da realização, hoje, de uma direção anunciada naquele momento, a qual foi sobreposta por um conjunto de exigências teórico-políticas de qualificação profissional e capacitação docente que levou ao acerto de contas teórico-metodológico que perpassou a década de 80, cujas linhas gerais estão publicadas nos *Cadernos ABESS*, especialmente o número três. A maior consequência aqui foi privilegiar as disciplinas de história, teoria e metodologia como eixo básico, desvinculadas dos elementos que dão substância à profissão, na realidade brasileira, e de sua dimensão operativa. Segundo a proposta que está em discussão, tais disciplinas devem constituir pressupostos que perpassam todo o processo formativo e são articuladas pelo núcleo básico da questão social.

Os processos de revisão dos currículos plenos, de fins dos anos 80 e início dos 90, estiveram atentos aos limites do currículo de 1982 e procuraram engendrar novos caminhos que repercutiram nos debates recentes da revisão curricular, muitas vezes como polêmicas. É o caso da proposição da política social como núcleo básico. Ainda que esta perspectiva identificasse componentes e mediações essenciais da ação profissional, esteve distante de configurar o componente essencial que na realidade demanda esta especialização do trabalho coletivo, do que decorre seu caráter restritivo como núcleo básico, mesmo que a política social seja um eixo importantíssimo e complementar ao que está sendo proposto.

Outra direção apontada foi a proteção social, cuja fundamentação tendeu a obscurecer a particularidade histórica que reveste a profissionalização do Serviço Social, ao ressaltar as regularidades históricas de longa duração que perpassam o conjunto das expressões da proteção social — sobretudo quanto aos usos e costumes culturais — ao longo dos tempos. Dessa forma, fica diluída a compreensão do Serviço Social como uma configuração particular da divisão social do trabalho, típica do capitalismo em sua fase monopolista — e, se lançamos mão da periodização de Mandel, típica da passagem do imperialismo clássico para o capitalismo tardio (BEHRING, 1993) — bem como o sentido da

atividade profissional na contemporaneidade, que se altera à medida que muda o padrão de acumulação e conseqüentemente de regulação social. Com isso não se quer negar a riqueza de possibilidades que existe no estudo dos fenômenos de larga duração, como nos mostram as descobertas de E. P. Thompson e F. Braudel ou as reflexões de um Walter Benjamin. Porém, tal perspectiva é claramente insuficiente para fundamentar uma ontologia do Serviço Social, sobretudo quando se distancia irrevogavelmente de formulações sem as quais a tradição marxista perde sua substância e força, como a lei do valor, por exemplo.

Na verdade, as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas — em geral setorializados e fragmentados — às expressões multifacetadas e complexas da questão social no capitalismo. A questão social se expressa em suas refrações (NETTO, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizam para produzir em um determinado momento histórico e que tem continuidade na esfera da reprodução social.

Vale destacar que quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas em um momento histórico, sendo a questão social uma reflexão deste processo, trata-se da produção e reprodução — movimentos inseparáveis na totalidade concreta — de condições de vida, de cultura e de riqueza. Não há, pois, nenhuma redução à dimensão econômica ou à dimensão política, ou à dimensão cultural, de onde se evitam as interpretações unilaterais dos processos sociais e os monocalismos de várias espécies, sobretudo nestes tempos de fragmentação e pós-modernismo. Tal perspectiva de abordagem da questão social está claramente delineada no texto aprovado pelo plenário de Recife, quando se aponta a “aprensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares, em seus componentes de objetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da teoria crítica” (ABESS, 1996: 152).

Poder-se-ia argumentar que, a rigor, a categoria de questão social não pertence ao quadro conceitual da teoria crítica, diga-se, da tradição marxista. Chega-se mesmo a dizer que colocar a questão social no centro do projeto de formação profissional seria retomar a idéia de “situação social-problema”, tão cara ao Serviço Social tradicional. Dentro disso, esta seria uma proposição paradoxal, diante da orientação teórica adotada pela revisão curricular e aprovada na Convenção da ABESS.

Observemos cuidadosamente estes argumentos. Em primeiro lugar, vale lembrar que está na base do trabalho teórico presente na crítica da

economia política empreendida por Marx, com a colaboração de Engels, a perspectiva de desvendar a gênese da desigualdade social no capitalismo, tendo em vista instrumentalizar o sujeito político — no caso, o movimento operário — para sua superação. Este processo — a configuração da desigualdade e as respostas a ela engendradas pelos sujeitos — se expressa na realidade, de forma multifacetada, através da questão social. Deste ponto de vista, é correto afirmar que a tradição marxista entende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraparte é o crescimento relativo da pauperização. Esta última é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital — o que implica num predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo — promove a exclusão em larga escala.

O estudo de David HARVEY (1993) acerca das expressões destas tendências constitutivas do mundo do capital no capitalismo contemporâneo é repleto de indicações acerca da potenciação da constituição de uma superpopulação relativa sobrante, com o que vem ganhando destaque o debate acerca do desemprego estrutural. Outro aspecto aqui é que a lei do valor não trata apenas da produção de mercadorias na sua dimensão econômica. Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o *trabalho* é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, costumes e vida. Esta dimensão de totalidade, incitada pelo número da questão social, é o que propicia a riqueza da direção ora proposta para o projeto de formação profissional do Serviço Social. É uma reconciliação com a realidade, não no sentido pragmático do passado, mas a partir do acúmulo e da maturidade teórico-metodológicos recentemente alcançados.

Portanto, é esse elemento essencial descoberto por Marx e desenhado pelo projeto de formação marxista, no acompanhamento das manifestações historicamente determinadas da totalidade concreta no decorrer deste século, que fundamenta a questão social e o que diferencia esta abordagem da ótica das situações sociais-problemas. Estas últimas, o Serviço Social tradicional esgotava-as em si mesmas, limitando-se, em geral, à descrição

de suas características e regularidades externas, não rompendo, portanto, com o véu da pseudocoerência que envolve os fenômenos sociais no mundo do fetichismo da mercadoria e da reificação do capital (KOSIK, 1980). Dessa forma, a afirmação da questão social como núcleo básico não se contrapõe à perspectiva teórica adotada, pelo contrário, sem esta a questão social estaria ainda envolta em discursos/interpretações demagógicos, filantrópicos e superficiais.

Cabe lembrar que a profissionalização do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, está intimamente ligada à emergência da questão social no período já sinalizado do desenvolvimento do capitalismo, no qual o movimento operário já se coloca como classe *parassí*, aglutinando forças para a superação da sociedade capitalista. Pois bem, o Serviço Social, no Brasil e no mundo, surge dentro da estratégia de dar um tratamento sistemático à questão social e de frear o movimento operário, por um lado, e no sentido de assegurar as condições gerais de reprodução do capital no fordismo-keynesianismo, por outro. Todos estes elementos são hoje bastante conhecidos e explorados na literatura profissional (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; NETTO, 1996). Porém, como também já sabemos, o Serviço Social brasileiro vem buscando novos caminhos, sobretudo a partir de fins da década de 60, delineando um novo perfil profissional prático-crítico, do qual faz parte este momento de revisão curricular, cujo propósito é efetivar a “ruptura” prevista antes como “intenção” (numa alusão à “intenção de ruptura” de NETTO, 1996), aprofundando o distanciamento daqueles aportes básicos de caráter conservador. Disso faz parte colocar a questão social como centro — como nossa materialidade — e a idéia de processo de trabalho como uma forma de dar visibilidade ao conjunto de ações que inscrevem a profissionalidade e a função social da profissão como força produtiva. A preocupação com o processo de trabalho do Serviço Social está longe de reduzir-se ao debate acerca de instrumentais técnicos, mas os engloba. Afinal, nenhuma técnica se define fora de um contexto histórico e de uma opção teórico-metodológica.

Uma interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre a profissão e a realidade social nesta linha tem algumas implicações. Trata-se de imprimir historicidade a este conceito, o que significa observar seus nexos causais, relacionados, como já foi dito, às formas da produção e reprodução sociais capitalistas, especialmente no capitalismo monopolista. Vislumbram-se, inclusive, os componentes de resistência e de ruptura presentes nas expressões e na constituição de formas de enfrentamento da questão social, ou seja, este conceito está impregnado de luta de classes.

Só com uma atitude teórico-metodológica plena de historicidade é possível compreender, evitando os impressionismos e as perplexidades do senso comum, as demandas renovadas, complexificadas, transformadas que as expressões da questão social contemporâneas colocam para a profissão. Neste sentido, este é um componente decisivo no projeto de formação profissional: preparar profissionais aptos a lidar, subjetiva e objetivamente, com a tão atual assertiva marxiana de que tudo o que é sólido se esfuma rapidamente, em um modo de produção e reprodução social cuja sobrevivência depende de revolucionar permanentemente as forças produtivas e as relações sociais de produção. A este desafio do projeto que se propõe, segue o de imprimir esta direção social, ou seja, realizar a transformação criativa da matéria-prima do nosso trabalho, na perspectiva de fortalecer o componente de resistência, de ruptura com as expressões dramáticas da questão social na realidade brasileira, com as quais o Serviço Social se depara cotidianamente no exercício profissional.

Segundo os analistas das áreas econômica e social, o Brasil foi o país que mais cresceu nos últimos 50 anos, com um profundo, acelerado e contundente espraiamento de relações capitalistas no campo e na cidade. Considerando o PIB como um indicador de saúde econômica, o Brasil teve, entre 1965 e 1988, uma taxa média de crescimento anual de 3,6%, segundo o Banco Mundial (1990). No entanto, este indicador, na verdade, escamoteia o desastre das “opções” brasileiras de desenvolvimento, marcadas pelo autoritarismo na política e pela máxima “deixar crescer o bolo para dividir”, na economia. Além de esconder as taxas de crescimento negativas da chamada “década perdida” — a década de 80 — bem como os enormes desníveis regionais deste desenvolvimento, dilui uma característica central da sociedade brasileira, qual seja, a de possuir a maior concentração de renda e riqueza do mundo, e não explica a grande Calcutá brasileira da década de 90 — os índices alarmantes de exclusão social. Se é verdade que qualquer opção de desenvolvimento capitalista não prescinde de uma superpopulação relativa, ou seja, que não existe possibilidade de combinar acumulação capitalista com equidade, a forma singular que este desenvolvimento assume no Brasil chama atenção pelo seu custo social, que compromete o futuro de muitas gerações de brasileiros.

Estes processos não são apenas econômicos. A hegemonia na condução de uma política tão excludente só ocorre quando há força — o pós-64, por exemplo — ou elementos de cultura política que tomam o solo fértil para as sementes da dominação e da submissão. No Brasil, a combinação destas duas vias tem sido profícua para uma espantosa capacidade da burguesia brasileira de conduzir mudanças pelo alto

(COUTINHO, 1989) e superar crises. Fazem parte do arsenal de práticas desencadeadas pelo Estado brasileiro — extremamente privatizado — o populismo, o clientelismo e a cultura da inflação, dentre outros elementos, sem falar do poder da mídia como formadora de opinião. Ainda que existam componentes de resistência — um movimento operário e popular ativo, que conseguiu delinear legalmente, pelo menos, um esboço de espaço público, expresso na Constituição de 1988 — as condições de contrapor um projeto contra-hegemônico estão especialmente difíceis. O contexto do avanço do neoliberalismo, no Brasil e no mundo, com seus matizes diferenciados, promove uma profunda insegurança da existência com a perspectiva do desemprego estrutural apontada para a maioria dos trabalhadores, a partir das recentes mudanças no mundo do trabalho, acompanhadas da desregulamentação e do corte dos gastos públicos na área social, que constituem o cerne desta perspectiva.

Aqui está, portanto, o grande desafio que esta revisão curricular propõe àqueles cuja matéria é, cotidianamente, lidar com as seqüelas decorrentes destes processos: *conhecer* as muitas faces deste custo social, da questão social no Brasil, das quais a mais perversa é a *exclusão* econômica, política, social e cultural de milhões de pessoas. Até porque estas são, majoritariamente, usuárias dos serviços sociais. Mas não se trata apenas de ter uma interpretação genérica do fenômeno da exclusão. Para formular respostas criativas ao seu enfrentamento, no âmbito das políticas sociais públicas e privadas, é imprescindível conhecer as condições em que se vivencia a exclusão e as representações que os excluídos fazem de suas vidas. Nesse sentido, vale destacar, por exemplo, o esforço investigativo de YAZBEK (1995), que delinea um perfil dos usuários dos serviços sociais na cidade de São Paulo, na perspectiva de subsidiar a reflexão sobre a política de assistência social. É a partir dos elementos inscritos na materialidade do nosso fazer profissional que se podem criar estratégias de intervenção. Portanto, é necessário, imprescindível, conhecer esta matéria — a questão social brasileira.

A partir desta compreensão é que a questão social se apresenta como um eixo central capaz de articular a *gênese* das seqüelas inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, o que envolve as mudanças no mundo do trabalho; suas *manifestações* e *expressões concretas* na realidade social, particularmente a exclusão social; as *estratégias de seu enfrentamento* articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado neste processo; e, por fim, os desafios teóricos, políticos e técnico-operativos postos ao Serviço Social para seu desenvolvimento e processo de trabalho.

Processo de trabalho do Serviço Social³

Quando consideramos a formação profissional e a tarefa da revisão curricular, temos à nossa frente a exigência de definição de um projeto teórico-metodológico e ético-político para a profissão.

O currículo mínimo expressa um dado patamar onde se articulam os pressupostos deste projeto, através da construção de matérias e conteúdos nacionalmente considerados como exigências básicas de qualificação teórico-prática do Serviço Social.

Para além de um enquadramento legal, o currículo mínimo adquire concrectude e visibilidade na forma como as diversas unidades de ensino debatem, constroem e negociam seus currículos plenos.

A revisão curricular encerra, assim, um conjunto de diretrizes que devem orientar o debate de nossa categoria.

A aprovação do documento da ABESS/CEDEPSS destacou algumas ressalvas, entre as quais delineamos a necessidade de aprofundamento interno do “núcleo de fundamentação do trabalho profissional” e de maior articulação horizontal entre os três núcleos.⁴

Incorporando e reelaborando estas ressalvas é que propomos iniciar nossas reflexões a partir do terceiro núcleo, como caminho metodológico para o exame dos níveis de particularidade e integração entre os três núcleos de fundamentação.

Iniciar pelo Serviço Social não encerra, contudo, uma dimensão endógena. Antes, significa explicitar os fundamentos que vinculam esta profissão à realidade brasileira, recuperando seus nexos de construção e atualização históricos.

Propomos, assim, deslindar inicialmente as mediações fundantes desta profissão, partindo de um campo teórico explicitado no documento da ABESS/CEDEPSS que afirma que “o significado sócio-histórico e ídeo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das seqüelas da questão social (...)” Afirma-se que a particularidade do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na

3. Texto de autoria de Isabel Cristina da Costa Cardoso, Professora Assistente da Faculdade de Serviço Social da UBERL.

4. Os três núcleos propostos pelo referido documento, como conteúdos indissociáveis da formação profissional, são: 1) núcleo de fundamentação teórico-histórica das configurações sócio-econômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; 2) núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho e; 3) núcleo de fundamentação do trabalho profissional.

divisão social e técnica do trabalho, está organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas do seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado" (1996: 154).

Este é um dos pressupostos mais importantes do Serviço Social e, ao mesmo tempo, o maior desafio do processo de revisão curricular em curso. Nossa tarefa é, portanto, traduzir as noções de trabalho, de questão social, de Estado e de classes sociais, entre outras, à medida que se captam processos e elementos estruturantes da realidade social e do Serviço Social. Não se trata de formulações apenas teóricas, abstratamente construídas, mas, sim, de fundamentos e mediações que organizam a vida social na formação capitalista brasileira e que fornecem os nexos de compreensão do trabalho enquanto elemento central da atividade humana, balizado pelas forças e relações ao mesmo tempo instituídas e instituintes na sociedade burguesa.⁵

Resgatar a prática do Serviço Social enquanto trabalho significa recuperar, no âmbito das particularidades profissionais, aquelas forças e relações e seus sujeitos de classes. É revisar a história do Serviço Social partindo de um olhar que, ao se preocupar com a totalidade do ser e dos fenômenos sociais, busca reunir e reinterpretar o que ficou disperso e fragmentado nesta trajetória de pensar e fazer do Serviço Social.

É com esta perspectiva que propomos aprofundar as particularidades e mediações existentes entre os três núcleos de fundamentação da proposta de formação profissional. As reflexões e considerações estabelecidas por este documento, através dos campos temáticos da questão social, do processo de trabalho do Serviço Social e da relação entre formação profissional e universidade brasileira, reportam-se, assim, a este objetivo.

A passagem de uma atividade vinculada às práticas do apostolado social à condição de trabalho assalariado expressou, historicamente, uma mudança fundamental no significado e no conteúdo do trabalho do Serviço Social. O alcance e a direção destas mudanças só se tornam compreensíveis se as articulamos à própria configuração das ações do Estado e das

5. A partir desta perspectiva evidencia-se que a articulação entre os núcleos não é apenas uma formalidade. Assim, a demarcação do trabalho como elemento da vida social pressupõe a delimitação dos conhecimentos teóricos necessários ao desenvolvimento da constituição do ser social na ordem burguesa, a contextualização da formação social brasileira e dos processos que caracterizam as particularidades de sua trajetória histórica e o desenvolvimento dos nexos de vinculação e construção sócio-histórica do Serviço Social na realidade brasileira.

classes sociais sobre o campo da questão social, na trajetória do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A inserção do Brasil nos processos de produção industrial e acumulação capitalista — marcada desde as suas origens por um perfil de desenvolvimento dependente e excluyente — alterou tanto as relações e condições de produção material a produção e reprodução da vida social. Neste sentido, verificamos que, na transição aos anos 30 e especialmente a partir da década de 40, as intervenções do Estado e da iniciativa privada, notadamente as ações da burguesia industrial, convergiram para a formação de estratégias de controle das condições sócio-econômicas e ideológicas da reprodução social da força de trabalho industrial. O conjunto destas estratégias articulava-se às próprias demandas do processo de produção e às relações entre Estado e classes sociais.

Não obstante a coexistência de ações públicas e privadas sobre o campo da reprodução social, o Estado brasileiro, no período sinalizado, emerge como principal instância organizadora e prestadora de políticas assistenciais.

São exemplos deste padrão de intervenção pública e privada sobre a questão social, no Brasil, o aprofundamento da legislação social e, a partir deste, dos mecanismos de regulação do trabalho industrial; a criação de estabelecimentos assistenciais, como a LBA, e previdenciários, como as Caixas de Aposentadorias e Pensões e os IAPs, e, posteriormente, a unificação destes em torno de uma política previdenciária pública; o surgimento de instâncias privadas de prestação de serviços sociais, como o SESI e o SESC.

O conteúdo e o caráter social do trabalho do Serviço Social historicamente estiveram associados às exigências de controle e disciplinamento das condições de reprodução social da força de trabalho no Brasil, alicerçadas sobre relações de desigualdade e processo de exclusão social. Assim, foi sobre o campo das refrações da questão social que o Assistente Social foi chamado a se profissionalizar e a construir os horizontes do seu próprio trabalho.

Não nos interessa, nos limites deste documento, analisar a história do Serviço Social, mas sim extrair deste processo histórico os elementos fundantes da prática do Serviço Social enquanto trabalho.

Note-se que o eixo teoria, história e método deve ser repensado e inserido a partir desta consideração. Neste sentido, implica uma revisão na forma como este eixo vem sendo incorporado e trabalhado pelos currículos plenos, e como se encontra organizado, em termos de matérias e conteúdos, no atual currículo mínimo.

Tomando como ponto de partida os três elementos clássicos que constituem o processo de trabalho, na concepção de Marx, encontramos os instrumentos de trabalho, o objeto sobre o qual o homem se debruça em sua tarefa laborativa e a atividade propriamente dita — o próprio trabalho. A partir destes três elementos, podemos estabelecer algumas mediações importantes entre o conceito do processo de trabalho e a forma de intervenção e organização do Serviço Social na divisão social do trabalho (FRANCISCO & CARDOSO, 1995).

A primeira observação que demarcamos diz respeito à relação entre o assistente social, enquanto força de trabalho, e os instrumentos de trabalho que este aciona em sua atividade laborativa. As reflexões tecidas a partir dessa relação já se inscrevem no movimento de articulação entre os núcleos de fundamentação do ser social e do trabalho profissional.

Note-se que, desde sua origem, o Serviço Social vem acumulando um acervo de conhecimentos teórico-políticos e de técnicas de intervenção que é catadartório do conhecimento social gerado pela e sobre a sociedade. Este conjunto de conhecimentos e aparatos técnicos se concretiza na intervenção do Serviço Social enquanto campo de habilidades e de saberes que expressam um determinado reconhecimento social do trabalho profissional.

O caráter social manifesta-se no conteúdo do trabalho profissional que deixa de ser privado para transformar-se em um trabalho geral, orientado para um “produto” socialmente necessário e legitimado enquanto tal. Assim, o pressuposto da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho reside nesta transformação, ou seja, na possibilidade de expressar e realizar um trabalho demandado socialmente, que só se realiza no interior do trabalho coletivo e como uma especialização deste.

Historicamente este caráter social correspondeu ao deslocamento do conteúdo voluntário do trabalho do Serviço Social, vinculado às ações privadas da Igreja e de frações da burguesia industrial sobre a questão social, para a condição de trabalho assalariado, demandado socialmente para intervir sobre o campo da questão social a partir do contexto sócio-institucional das políticas assistenciais do Estado.

Destaca-se o fato de que o referido deslocamento não foi gestado pelo Serviço Social mas, sim, pelo movimento das classes e destas com o Estado, a partir das novas demandas e requisições postas pela reprodução das relações sociais de produção capitalista no Brasil. Partindo deste pressuposto, a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho sofreu, ao longo de sua trajetória, as inflexões dos processos de desenvolvimento do Estado brasileiro, das estratégias de produção e acumulação capitalista e da luta de classes.

Voltando à questão dos instrumentos de trabalho, verificamos que o fato de possuir conhecimentos e habilidades aprendidas durante um dado processo de formação profissional não eleva o exercício do trabalho do Serviço Social à condição autônoma.

Ao construir socialmente o seu significado vinculado aos mecanismos institucionais de enfrentamento da questão social, através das políticas sociais, o assistente social — para transformar sua força de trabalho enquanto potência, em trabalho realizado em ação — necessita vender sua força de trabalho àqueles que detêm os recursos e os instrumentos que organizam e operacionalizam sua atividade.

Identifica-se, assim, que a condição de trabalho assalariado não inscreveu o Serviço Social apenas no circuito de troca e venda da força de trabalho mas, fundamentalmente, alterou o enquadramento de sua inserção sócio-institucional na realidade brasileira.

Ao se vincular à realidade como especialização do trabalho, o Serviço Social sofreu um processo de organização social de sua atividade. Ou seja, passou a se movimentar e a se organizar a partir de um determinado processo de trabalho. Frente a este, objetos, instrumentos, atividades, papéis e funções são criados histórica e socialmente, passando a compor seu cotidiano laborativo. Por outro lado, todo processo de trabalho encerra uma teleologia, isto é, uma finalidade e um conteúdo com vistas à produção de um dado resultado.

Verifica-se, desta forma, que os elementos que compõem o processo de trabalho são indissociáveis. A partir desta condição, os elementos teóricos, a orientação político-ideológica e os aparatos técnicos são acionados como meios que estabelecem finalidades à ação e como instrumentos de trabalho que convergem para um dado campo de objetivos, planejados como resultados sobre o objeto da atuação do Serviço Social.

Não obstante, todo trabalho é atividade humana e, portanto, é exercido por sujeitos de classe. Partindo desta condição, não podemos esquecer que, enquanto sujeito, o Assistente Social ingressa no mundo do trabalho com as marcas de uma formação que é, ao mesmo tempo, cultural, política e social. Neste sentido, as experiências gestadas por este sujeito profissional, e que conformam sua condição de trabalhador, expressam formas reais de mediação entre as condições sociais objetivas — que organizam a sociedade e o movimento das classes — e os processos particulares que atravessam a constituição do Serviço Social.

Note-se que é na interseção entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional que estes processos podem e devem ser desvelados.

